

**ACÓRDÃO Nº 707/2017 - TCU - Plenário**

Trata-se de representação, com pedido de cautelar, ofertada pela Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC) e pela Associação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra), a respeito de possíveis irregularidades perpetradas pelo Ministério da Saúde na contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), para a prestação de serviços de transporte e distribuição de insumos críticos em saúde (ICS) e materiais para investigação de surtos e inquéritos epidemiológicos, dentre outros, pelo valor de R\$ 145.000.000,00;

Considerando que, em exame inicial dos autos, a unidade instrutora promoveu a oitiva prévia do órgão e dos Correios e, examinadas as respostas encaminhadas, propôs a concessão da cautelar requerida para suspender o andamento do contrato 59/2016;

Considerando que, estando os autos em meu gabinete, o Ministério da Saúde procedeu à rescisão do contrato, sem que tenham sido geradas obrigações financeiras, acarretando a perda do objeto da cautelar e da representação, o que, todavia, não impede a atuação deste Tribunal com o objetivo de prevenir a reincidência de falhas observadas;

Considerando que, de acordo com o Acórdão 1.800/2016-TCU-Plenário, a contratação direta dos Correios para a prestação de serviços de logística, mediante dispensa de licitação com esteio no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993, não encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio, tampouco na jurisprudência desta Corte, em especial o Acórdão 6.931/2009-TCU-1ª Câmara;

Considerando que o serviço objeto da contratação realizada prevê atividades de transporte, movimentação, manuseio, embalagem, coleta, montagem, arrumação de insumos e materiais e demais serviços correlatos entre a origem e o destino, incluindo-se, assim, dentre os serviços de logística inseridos no objeto da consulta acima mencionada;

Considerando que a avença celebrada previu a subcontratação de 49% do objeto e que, segundo o entendimento do TCU, exposto no Acórdão 522/2014-TCU-Plenário, as hipóteses de subcontratação total ou parcial de partes relevantes do objeto, quer técnica quer economicamente, somente se aplicam em situações concretas excepcionabilíssimas, supervenientes ao contrato, quando a rescisão contratual e a realização de nova contratação forem comprovadamente contrárias ao interesse público subjacente ao contrato;

Considerando os indícios de que o preço contratado se encontrava incompatível com o de mercado, condição que contraria o disposto no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 17, IV, 143, III, e 237, VII, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, pela perda do objeto; adotar a providência abaixo indicada; dar ciência desta deliberação ao representante; e encerrar o processo:

**1. Processo TC-036.376/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)**

- 1.1. Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (34.028.316/0001-03)
- 1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou



1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Representação legal: Thiago Araújo Loureiro (28.724/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Andreia da Silva Lima (25.408/OAB-DF), representando Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABCT) e Associação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Pernambuco (Assemtra).

1.7. Dar ciência ao Ministério da Saúde de que o contrato 59/2016, celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por meio de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993, não observou o disposto no ordenamento jurídico pátrio, tampouco na jurisprudência desta Corte, em especial o Acórdão 6.931/2009-TCU-1ª Câmara e o Acórdão 1.800/2016-TCU-Plenário, ressaltando-se, ainda, que não restou justificado nos autos o preço da contratação, tampouco as razões para que se permitisse a subcontratação de parte substancial do contrato.